

# **MARXISMO E FILOSOFIA LATINO-AMERICANA UMA APROXIMAÇÃO ENTRE ERNST BLOCH E ENRIQUE DUSSEL**

**Antonio Rufino VIEIRA**  
Universidade Federal da Paraíba

## **RESUMO**

A crise em que a derrocada do socialismo real hoje vive merece a atenção dos filósofos latino-americanos que têm como tema básico a libertação. A crise, no entanto, em lugar de ser negativa para o marxismo, aparece como elemento vivificante. É nesse sentido que o marxismo é importante para a América Latina: sua preocupação com o homem alienado, com a sua libertação é algo permanente. Para explicitar essa temática, tomaremos como "fio condutor" a possível aproximação entre Ernst Bloch e Enrique Dussel, demonstrando que em ambos existe uma preocupação comum com o homem alienado, oprimido, dependente, em vias de se libertar.

## **ABSTRACT**

The crisis that took place after the collapse of real socialism should deserve attention of all latin american philosophers who give special importance to the subject of human liberation. That crisis however far from being negative to marxism emerges as a stimulating element. In this paper the author tries to show that marxism has not lost his importance for Latin America. Its

concern with the alienated people and with their liberation is still alive. In order to explain this thematic the author takes as connecting thread a possible approximation between Ernst Bloch and Enrique Dussel and tries to show that both are concerned with all people who are subjected to alienation, oppression, dependence and are still in the way to be free.

Um dos temas preferidos da Filosofia Latino-americana de libertação, sob a influência da teoria da dependência, é o da “dependência cultural”, o (neo) colonialismo cultural, com claro reflexo na prática do filosofar. Nesse sentido, é preciso que a filosofia da periferia supere a do centro, numa tentativa autêntica e original. Se de um lado, porém, há a exigência da originalidade, desvencilhando-se do velho, na busca do novo, não se pode jogar fora toda a cultura universal, mesmo particularizada em determinado país, numa inglória tarefa de recomeçar do zero.

Enrique Dussel apresenta muito bem o dilema da Filosofia na América Latina. Reconhece ser necessário pensar os problemas filosóficos a partir da periferia (contrário ao centro, representado na Antiguidade pela Grécia e na época moderna pela Europa<sup>1</sup>), pois ali se encontram questões importantes a serem discutidas. Reconhece ainda que a filosofia existente nas sociedades dependentes resume-se a um europeísmo, em que são repetidas as filosofias de diferentes autores, mesmo aquelas que se aproximam da realidade social a que são aplicadas. A crítica ao colonialismo cultural, repudiando qualquer atitude xenófoba, articula-se com a crítica ao próprio processo de dependência e de dominação histórica; isto não significa, no entanto, que seja negada a contribuição da cultura européia, ou americana, ou oriental, para o saber universal. Rejeita-se, isto sim, a mistificação de um saber situado como sendo “o saber”.

Neste contexto, situa-se a razão de uma análise do pensamento do filósofo alemão Ernst Bloch: buscar aquilo que é universal num pensamento situado é tarefa a ser pensada, visando encontrar o que é fertilizante para o pensamento latino-americano. Só assim é evitada a continuidade de dependência cultural, quando mudam-se

os teóricos, mas continua a dependência; se antes citavam-se tomistas, positivistas, etc., hoje citar-se-iam marxistas. Limitados por este dilema - estarem autenticamente ligados “às raízes”, sem contudo negarem a contribuição do pensamento “exógeno” - os intelectuais têm de caminhar em busca de um pensar vinculado à realidade latino-americana.

## 1. UTOPIA E LIBERTAÇÃO

O que pode aproximar reflexões de pensadores situados em contexto histórico-sociais diferentes? Porque podemos ter como “fio condutor”, a fim de entender, por exemplo, o conceito de utopia, o pensamento de um marxista, ao mesmo tempo querendo compreender como a Filosofia da Libertação possui um conteúdo utópico? É porque existe um elemento comum com o homem dependente, oprimido, alienado, em via de se libertar. Assim, E. Dussel precisa que a Filosofia da Libertação

*pretende, histórico-filosoficamente, superar o fisiologismo grego, o teologismo medieval e o consciencialismo moderno do centro, para discernir uma antropologia, uma filosofia que tenha como pivô central o homem, como liberdade, como exterioridade, como pessoa, como oprimido.<sup>2</sup>*

Enquanto que para Ernst Bloch, o marxismo

*é a primeira porta para a situação que elimina nas suas causas a exploração e a dependência, isto é, para um ser incipiente como utopia. O marxismo pressupõe libertação do destino cego, na necessidade impenetrável, alienada, do retrocesso concreto das barreiras naturais. [...] A utopia feita concreta dá a chave para uma ordem não alienada na melhor de todas as sociedades possíveis.<sup>3</sup>*

A aproximação aqui esboçada enseja, porém, reflexões sobre a temática subjacente em ambas as citações. A utopia concre-

ta, referida por E. Bloch, aquela que a partir de uma situação dada, busca transformá-la, objetiva uma sociedade onde todos os homens (não idealizados, mas concretos, a classe trabalhadora, os oprimidos, os pobres) sejam livres: pretende-se atingir o Reino da Liberdade. Enquanto que o primeiro dirige o seu pensamento para o homem oprimido, o segundo aponta também a necessidade de se acabar com a exploração e dependência deste. Ora, precisa Bloch, tal projeto, “este objetivo de liberdade ele mesmo não pode ser perseguido com precisão senão a partir de uma sociedade sem classe, enquanto que ser-em-possibilidade determinado”<sup>4</sup>. Observe-se que, tanto na concepção dusseliana, quanto na blochiana, o homem precisa se libertar de toda forma de dependência.

A obra de E. Bloch pode ser lida, quanto a este aspecto, esperando encontrar-se nela não a “luz” para interpretar a realidade latino-americana, mas sim um instrumento válido que auxilie o filósofo a engajar-se mais e mais na árdua tarefa da humanização da sociedade. A abordagem filosófica dos marxistas heterodoxos, dentre ela a de E. Bloch, é muito sugestiva para os pensadores latino-americanos; ela não vem tolher nem limitar as suas “raízes autóctones”, mas é um instrumento válido para que eles reflitam dialeticamente sobre o ainda-não-ser, sobre o Novo. É esta, também, a contribuição que se deve procurar na obra blochiana. Assim. Bloch pode ser um interlocutor para a análise da Filosofia da Libertação apresentada por E. Dussel, pelo menos enquanto forem estudados problemas que se relacionem diretamente com a prática utópica, ou melhor, com a presença concreta.

A obra de E. Bloch oferece elementos efetivos para o filosofar na América Latina; ali percebemos a explicitação temática de um assunto, a questão da utopia e da esperança concreta, que, devido ao seu caráter universal, interessa também ao filósofo da libertação.

Esta esperança tem suas raízes centradas na história humana; existe no momento que o homem não fica subjugado a uma

situação de opressão, mas antes, busca formas para eliminá-la. Ela acontece, de forma paliativa, na fome e no sonhar-de-olhos-abertos. Pelo fato de o homem precisar se alimentar, busca e luta por seu alimento; a situação de miséria, causado por sistemas econômicos que privilegiam determinada classe social, deixa boa parte da humanidade em absoluta miséria. A fome, como primeira raiz antropológica da esperança, pode fomentar novas atitudes dos famintos por saciarem sua fome, gerando insatisfações contra o sistema que a produziu.

A Filosofia da Libertação, ao partir da realidade na qual o homem latino-americano está inserido, tem de se preocupar, também, com a questão da fome. Pois “a fome do oprimido, do pobre, é fruto de um sistema injusto”<sup>5</sup>. Quando observamos ser a situação de miséria uma constante na América Latina, a Filosofia da Libertação, além de anunciar tal fato, explicita as formas de luta para eliminar o grau de alienação do ser humano. E. Bloch, ao destacar a fome como dando origem à esperança, pensa que, estando o homem faminto, tenderá a construir algo que ultrapasse o presente, numa atitude de prevenir-se para o futuro.

Neste aspecto, a práxis da libertação é essencialmente utópica, pois o militante é aquele que se lança para o futuro. Como precisa Dussel, a “utopia concreta é fruto histórico do homem, não se realizando mecanicamente”<sup>6</sup>. Esta interpretação de utopia concreta em muito se assemelha a defendida por E. Bloch. A utopia concreta guia a reflexão do filósofo, sendo possível, a partir dela, julgar a alienação e a opressão a que estão submetidas as classes populares, oprimidas.

A análise crítico-positiva do conceito de utopia realizada por Dussel está próxima da desenvolvida por Bloch: a utopia se constitui como pólo antecipador do futuro. É por isso que a posição de Bloch corresponde concretamente a de Dussel que, ao comentar o pensamento de Marx nos *Grundrisse*, identifica-o com a própria utopia concreta:

Marx pensa [...] que na sociedade futura, a *utopia*, que se constitui como um horizonte crítico, [...] é a plena realização da *individualidade* na responsável *comunitarização* de *toda* a atividade humana; utopia que tem, no desenvolvimento da humanidade presente, suas condições de possibilidade<sup>7</sup>.

A obra de Bloch parece confirmar essa afirmação, pois tenta explicitar e esclarecer o significado da utopia concreta como “antecipação realista” do ainda-não-ser, buscando compreender as possibilidades reais de sua realização. A utopia concreta é, portanto, uma dialética antecipadora do real, animando a ação do homem sobre o mundo.

A Filosofia da Libertação, por seu projeto utópico, situa-se frente ao processo de transformação necessária para a América Latina, explicitando as possibilidades dialéticas desse mesmo processo, do qual participam as classes oprimidas, bem como todos aqueles que, também guiados pelo otimismo militante, visam a contribuir para a libertação das classes oprimidas. Tal libertação ocorre quando os valores de liberdade, igualdade e fraternidade (a herança tricolor, como precisa Bloch), são despojados da conotação abstrato-formal que a burguesia lhes dá, orientando, portanto, a uma real libertação, aquela em que o homem oprimido se realiza, enquanto homem, à medida que luta por uma sociedade democrática e socialista. A meta orientadora para o surgimento da nova sociedade, pensa Bloch, só pode ser encontrada no amor à humanidade; não no amor abstrato do humanitarismo filantrópico, que viria aliviar a consciência dos dominadores, mas no amor calcado nas reais necessidades de libertação dos oprimidos.

*O amor humano, conquanto seja compreendido claramente como amor ao explorado e progresso para o conhecimento verdadeiro, é, sem contestação, um princípio ativo ao socialismo.*

O amor aos oprimidos, que marcham para a sua libertação, é portanto, orientador da compreensão e do comprometimento prático da Filosofia da Libertação que se engaja na “emancipação da alienante submissão que o capital operou em suas vidas, suas culturas, suas alegrias e festas”. A Filosofia da Libertação visa contribuir, portanto, para o resgate da humanidade negada, anunciando a novidade do Outro, possível numa estrutura social justa.

## **2. FILOSOFIA DA LIBERTAÇÃO: ENCONTRO COM O HOMEM**

As estruturas de produção fazem com que o homem se aproxime do outro homem; nesta aproximação, novos laços são estabelecidos; relações que não se resumem exclusivamente ao dado econômico, mas invadem e estruturam toda a vida social, no campo político, econômico, cultural. Quando perguntamos “que coisa sou eu?”, perguntamos também sobre o Outro.

No momento em que o homem é visto como Outro, abre-se nova abordagem quanto à possibilidade de julgamento da relação opressor-oprimido, dominador-dominado, julgadas agora a partir do valor humanum. O valor humanum - identificado por E. Bloch como o que dá sentido à luta dos movimentos de libertação e aos anseios de mudança radical - é o que consegue unir todos os que lutam por uma nova sociedade. Dele são derivados todos os outros valores concretos que animam os movimentos de libertação.

Superando os possíveis obstáculos, caberia dirigir a atenção àquilo que viesse trazer uma luz para a compreensão do ser latino-americano. Se partirmos das contradições sociais, dos antagonismos de classes, observando neles o fenômeno da dependência, será preciso que as partes envolvidas percebam e tomem consciência deste dado, pois só há realmente conflito quando o homem dominado toma conhecimento de sua situação de dominado e busca uma maneira de superá-la. Nesse sentido, uma das tarefas que os filósofos devem se atribuir é o de desvendarr o ser que esteve oculto,

contribuindo para que o homem latino-americano supere a dependência, realizando-se no processo de libertação.

O humanum é um fim histórico, princípio da afirmação do homem enquanto homem. No momento em que ele se sente coagido, subsumido em seu ser (pelo próprio capital), busca formas de eliminar a dominação. Na história latino-americana foram freqüentes as lutas de libertação, tentando-se antecipar e concretizar aqui e agora a sociedade justa. O homem visa, como fim último, a ser verdadeiramente homem. O *ultimum* é, portanto, que orienta a luta por uma nova estrutura social em que o povo seja tomado como o conjunto de homens livres. Os ricos (a elite, as classes dominantes, os poderosos, os anti-povo, os estrangeiros no próprio país) só existem à medida que o povo (os pobres, os humilhados, os sem voz, as classes oprimidas) não toma consciência de sua força transformadora.

A posse da riqueza social, em sua concentração nas mãos das classes dominantes, é a grande geradora das injustiças sociais. Neste contexto, aplica-se a advertência de Álvaro Vieira Pinto:

*Só há ricos porque existem condições sociais que permitem a espoliação do trabalho coletivo efetuado por todo o povo, representado pela acumulação e apropriação dos benefícios desse trabalho nas mãos de alguns afortunados.*

Questionar a naturalidade das coisas, denunciar as formas de dominação a que estão sujeitas as classes populares, bem como lutar pela superação deste estado de coisas, é dever daqueles que se identificam com os reais interesses do povo. Da mesma forma como a filosofia realiza-se numa aliança efetiva com o proletariado, a Filosofia da Libertação descobre a verdade ao se identificar com os interesses de libertação das classes oprimidas.

*O compromisso prático ou a articulação real da organização (o intelectual orgânico de Gramsci) com o oprimido (classe trabalhadora, massas pauperizadas, o pobre, etc.) é a condição que permite a conceptualização adequada.*

Então, estar no povo é critério de verdade do discurso de libertação. Por que situar o critério de verdade nos oprimidos? Não é porque são numericamente superiores aos opressores; não é, portanto, por simples fator quantitativo, mas, pelo fato de os oprimidos exprimirem o não-ser, isto é, terem o seu ser alienado e que, pelo movimento de humanização têm “direitos absolutos ante a moral vigente de opressão”. Na mesma linha de raciocínio, E. Bloch afirma que quem aliena o Outro não pode ser objeto de misericórdia: “tolerá-los seria um comportamento inumano com respeito aos humilhados e ofendidos”.

Por que em nossos dias retomamos questões que já foram debatidas por outros autores em épocas recentes? Será a problemática apenas assunto de arqueologia acadêmica, sendo mera repetição de problemas solucionados? Não podemos esquecer que a década de 1960 representou para a América Latina, em especial para o Brasil, uma base propícia para o desenvolvimento de uma teoria que buscava se libertar, ao tentar ser original. Esses movimentos, no entanto, sofreram um refluxo muito grande, em quase toda a América Latina, em virtude dos golpes de estado conservadores que eclodiram neste continente, instalando-se ditaduras militares que tentaram sepultar para sempre questões que exigiam a construção de uma nova sociedade. Assistimos, hoje, ao retorno da valorização do “popular”(educação popular, cultura popular, teatro popular, psicoterapia popular, entre outros), que, em última análise, liga-se às necessidades das classes populares para sobreviverem dignamente.

O ato de afirmar o povo como sujeito histórico não se caracteriza como ingenuidade romântico-populista, nem os defensores desta posição podem ser criticados de teórico-populistas. Nesse sentido, não é extremismo sectário afirmar que somente as classes populares podem, pelo processo de libertação, dizer o que é real ou falso, segundo seus critérios. Esta afirmação carece de maiores esclarecimentos, pois envolve vários problemas de ordem epistemológica. Por exemplo: como se dá o processo de libertação? Como os critérios são obtidos? Qual o objetivo da libertação? Em

suma, que privilégios possuem as classes populares para dizer que um interesse é falso ou verdadeiro, julgado segundo suas necessidades?

A superação da alienação é base real para que o homem se realize enquanto liberdade. Como o conceito de homem não é abstrato, mas concreto, ele aplica-se diretamente às classes sociais, de modo especial àquelas que têm o seu ser negado, subsumido pelo capital dependente. A Filosofia nos países dominados, portanto, é chamada a outro compromisso, exigindo de si um novo estatuto epistemológico, uma nova atitude política, um novo conceito de homem.

Ao explicitar a práxis de libertação das classes oprimidas, a filosofia deve ser clara, seu conteúdo deve ser rigoroso e preciso. Perguntando sobre a relação entre o discurso filosófico e a linguagem popular, qual seja, que a Filosofia da Libertação continua presa a uma linguagem inacessível ao próprio povo - o que acarretaria a continuidade da dominação, sob nova roupagem - E. Dussel afirma categoricamente:

*A Filosofia da Libertação pretende ser filosofia; filosofia técnica, precisa, científica (nisto se inclui igualmente a dialética e a sabedoria). Por isso não pode evadir-se de uma linguagem, que, como tal, não pode ser precisamente interpretada pelo não iniciado no pensamento filosófico escrito<sup>9</sup>.*

Esta passagem situa a questão da linguagem filosófica, que corre um duplo perigo: se quiser ser filosofia, deverá ser rigorosa, mas se estiver a serviço das classes oprimidas, tem de fazer uso de um discurso que lhe seja acessível. Assim, a Filosofia da Libertação não pode cair em simplismo, perdendo o seu rigor ao ser popularesca, em lugar de popular. De fato, a Filosofia da Libertação, ao se dispor a ser um instrumento que as classes populares podem utilizar em seu processo de libertação, corre um duplo perigo: de um lado, não ser compreendida pelas classes que se propõe apoiar, ao continuar com

uma linguagem inacessível, cifrada em seus conceitos precisos (podendo ser entendida apenas pelos “iniciados”); de outro, se usar a linguagem simples, pode resvalar em conceitos cujo rigor e clareza não se dêem suficientemente, deixando, portanto, de ser propriamente um discurso filosófico, dando margens às críticas de que o discurso proposto se aproximaria mais da ideologia, da sociologia ou mesmo do populismo do que propriamente da filosofia em seu sentido de busca racional da verdade. Este perigo deve ser enfrentado corajosamente, tendo-se, porém, a percepção de que deve ser um discurso entendido tanto pelas classes populares, quanto pelos meios acadêmicos, passando, desta maneira, a ser reconhecido como filosofia.

A participação do filósofo latino-americano no processo de libertação consiste em apoiar o homem oprimido, ao desenvolver com ele a consciência do processo social. É por isso que a esperança revolucionária, cimentada nas potencialidades dialéticas de um povo em movimento por sua libertação, deve ser destacada, à medida que dele também participam os intelectuais orgânicos que, mesmo oriundos das classes dominantes, converteram-se aos interesses dos oprimidos. A categoria utópica da consciência antecipante aqui se manifesta, sendo o anseio pelo *Novun* o elemento vital para o processo de libertação, do qual o filósofo latino-americano participa enquanto sustenta ao homem oprimido no desenvolvimento da sua consciência do processo social. O caráter utópico da Filosofia da Libertação, ao tentar estar junto às classes oprimidas, ao pretender dizer algo que não se resume exclusivamente ao dado, visa a explicitar as *possibilidades concretas e dialéticas* do povo.

A possibilidade da participação do filósofo militante no processo de libertação deve ser compreendida enquanto contribui para a realidade ser apreendida de maneira mais clara, objetiva, crítica. Assim, o filósofo contribui para a formação da consciência crítico-transformadora, ao fornecer elementos informativo-formativos a fim de que o homem oprimido possa melhor compreender a realidade que o cerca.

A Filosofia da Libertação pretende também algo radicalmente novo, enquanto analisa problemas que venham racionalmente a desmascarar a ideologia dominante, encontrando novos problemas, agora apresentados sob ótica do oprimido. Dessa forma, o filósofo deve, na práxis de libertação, dirigir-se ao Outro, numa esperança concreta pela libertação. Assim, a esperança concreta é a animadora do processo revolucionário, permitindo ao homem dar a vida em prol do que considera ser o *Melhor* não para si, mas para o *Outro*.

### 3. LIBERTAÇÃO LATINO-AMERICANA: UTOPIA CONCRETA E SOCIALISMO

A utopia, calcada na esperança concreta, é a animadora da consciência crítico-antecipante, permitindo que sejam realizadas medidas para acabar com a alienação, investindo contra a opressão, quando o homem se dirige para o *Ser-mais*. Como já precisou, com muito acerto, Paulo Freire, esta busca do *Ser-mais* “não pode realizar-se no isolamento, no individualismo, mas na comunhão, na solidariedade dos existires”<sup>9</sup>. Apresenta-se aqui a perspectiva de que a consciência da opressão pode levar a uma atitude revolucionária, quando o homem, juntamente com o Outro, se engajar na construção de uma nova ordem, de uma nova estrutura social.

Assim, um projeto que tende a realização à medida que incita o homem a agir, buscando eliminar as causas da opressão da realidade. O projeto assume, portanto, perspectivas de ação. Embora o movimento popular esteja, em boa parte, orientado por uma visão reformista do mundo, buscando melhorias imediatas: salariais, de saúde, de moradia, de posse de terra, já se foi o tempo em que se podia afirmar que a classe oprimida na América Latina não passava desse nível de enfrentamento.

Se existe um processo libertador, é importante que existam, também, as condições objetivas para que esse processo não aconteça em vão, mas caminhe para o *Novum*, para o *Melhor*, para

a ainda-não-ser. Contudo, como indica Dussel, a realização da utopia possível se dá à medida que é negada e superada a alienação: “a negação da alienação e a construção de uma sociedade humana de trabalho criam um novo tipo de sociedade”<sup>10</sup>. O Reino da Liberdade, projetado para o futuro, só pode ocorrer, já dizia Marx, no comunismo, “forma necessária e o princípio dinâmico do futuro imediato”<sup>11</sup>, no qual há real emancipação e libertação do homem.

*Novum* o elemento vital para o processo de libertação, do qual o filósofo pode participar, enquanto explicita ao homem oprimido o desenvolvimento da consciência do processo social. Isso não significa o mesmo que sejam esses filósofos, ou qualquer outro intelectual envolvido no processo de libertação, que devem orientar ou dizer quais as necessidades do homem oprimido. Assim como no processo de conscientização não é possível alguém conscientizar o Outro, numa transferência de sua própria consciência, no processo de libertação a categoria utópica da consciência antecipante aqui se manifesta, sendo o anseio pelo ocorre o mesmo: o homem oprimido liberta-se e não é libertado. Ora, isso indica que são oprimidos, pelo fato de buscarem a libertação de uma situação de opressão a que estão submetidos, os sujeitos de libertação.

O caráter utópico da filosofia latino-americana de libertação, ao tentar estar junto às classes oprimidas, ao pretender dizer algo que não se resume exclusivamente ao dado, visa a explicitar as possibilidades concretas e dialéticas do povo. O conceito povo possui uma importância político-revolucionária profunda, importância esta negada pelo esquerdismo dogmático, bem como manipulada pelos populismos do capitalismo nacionalista dependente e periférico. Se o conceito *povo* pode ter um sentido histórico ambíguo, já que, por um lado pode introjetar negativa e alienadamente o sistema, por outro, pode situar-se positivamente como “exterior” ao sistema alienante. É preciso, pois, que o aspecto negativo que o povo possui, o fato de introjetar a ideologia dominante, reproduzi-la e assimilá-la, seja eliminada em vista da concretização de um povo enquanto liberdade: utopia das utopias. Nesse contexto, assim se expressa E. Bloch:

*Um povo livre sobre um fundamento livre, tal é apreendido assim de maneira paradoxal, o símbolo final da realização do realizando, isto é, do conteúdo limite o mais radical no processo objetivamente real em geral<sup>12</sup>.*

O fato de ser afirmado o *povo como sujeito histórico* não se caracteriza como ingenuidade romântico-populista, nem os defensores desta posição podem ser criticados de teóricos de teórico-populistas. É pertinente, pois, a pergunta de E. Dussel, na tentativa de refutar qualquer interpretação de seu pensamento, ligando-o como fruto do populismo.

*Se a categoria "povo" não tivesse num sentido preciso, como é possível que a usem tão profundamente todos os líderes do Terceiro Mundo, desde Mao ou Agostinho Neto, até Ho Chi-Minh, o FRELINO ou o comandante Borge? Se povo o usam os populistas, serão todos estes políticos revolucionários populistas, inclusive o próprio Marx?<sup>13</sup>*

A nova sociedade, negando a estrutura social vigente, é compreendida em função da proposta socialista, como forma de superação da dependência a qual estão submetidas as classes populares. Neste sentido, é importante uma atitude estratégica utópica que busque um novo modelo social. A nova sociedade, portanto, só é possível a medida que existam elementos indicadores na própria realidade a ser transformada. É por isso que a superação da alienação só é possível na utopia positiva de uma comunidade sem classes que deve ser construída aqui e agora. Assim sendo, a opção pelo sistema socialista deriva da própria crítica feita aos desequilíbrios e contradições do sistema capitalista dependente, como desemprego, fome, miséria, exploração.

### 3. CONCLUSÃO

Quando falamos em necessidades de socialismo, como forma de superação da opressão e da dependência, não estamos

indicando que a América Latina deva imitar algum socialismo vigente. Pelo contrário, é certo que os países latino-americanos devam encontrar sua própria forma de libertação, utopia concreta, processo do qual pode haver a efetiva participação dos filósofos comprometidos prática e teoricamente com a construção do *Novum*. A crise em que a derrocada do socialismo real vive hoje merece a atenção dos filósofos latino-americanos que têm como tema básico a libertação. Agora, havendo mais o apoio da tentativa de implementação do socialismo nos países considerados socialistas - com a honrosa exceção de Cuba, a pergunta que mais importa neste momento é saber se ainda se pode falar em marxismo; e mais ainda, se a filosofia latino-americana ainda pode dialogar com tal concepção de mundo. A crise, no entanto, em lugar de ser negativa para o marxismo, aparece como elementos vivificantes. É neste sentido que o marxismo é importante para a América Latina: sua preocupação com o homem alienado, com a sua libertação é algo permanente.

O *humanum* é um fim histórico, princípio de afirmação do homem enquanto homem. No momento em que ele se sente coagido, subsumido em seu ser, busca libertar-se. Nesse sentido, é correta a análise do filósofo nicaraguense, Alejandro S. Caldera, de que “a vocação de liberdade foi uma constante comum em nossa história”<sup>14</sup> Pelo princípio de dominação, a maioria da população do mundo está relegada a um segundo plano, a de *homens-menos*: deve-se recuperar o sentido do conceito *homem*. Entretanto, como Marx já demonstrou, não se pode falar de essência abstrata de homem, mas do homem concreto, conjunto das relações sociais. Agindo contrariamente, o discurso sobre a essência do homem se não a pensarmos no contexto de um ser humano situado em classes sociais? Nesse caso, a análise do ser latino-americano não pode ser feita senão tomando como parâmetro a compreensão de sua história. Esta história não se esgota nos fatos do passado, mas supõe também sua ação sobre o mundo presente, sobre a realidade, bem como sobre suas perspectivas e esperanças, sobre o não-ainda-acontecido, o *Novum*. A categoria do homem deve, portanto, ser estudada a partir

do universal concreto e , por conseqüência, deve ser também aplicado indistintamente a todos os homens. Esta atitude utópica exige do filósofo, inspirado no otimismo militante, a explicação de condições objetivas para que o processo de humanização aconteça com a libertação do povo.

## NOTAS

- (1) DUSSEL, E., *Filosofia da Libertação na América Latina*. São Paulo/ Piracicaba, Loyola, UNIMEP, s.d., p.11.
- (2) *Idem.*, p. 176.
- (3) BLOCH, E. *Le Principe Espérance*; tome II, Paris, Gallimard, 1982, p. 216.
- (4) *Idem. Le Principe espérance*; tome I, Paris, Gallimard, 1976, p. 254.
- (5) DUSSEL, E. *Op. cit.*, p. 48.
- (6) *Idem*, p. 176-7.
- (7) *Idem. La producción teórica de Marx: un comentario aos Grundrisse*. México, Siglo XXI, 1985, p. 357.
- (8) BLOCH, E. *Le Principe Espérance*, tome I, p. 330.
- (9) DUSSEL, E. *La producción teórica de Marx*, p. 413.
- (10) PINTO, A. P. *Por que os ricos não fazem greve?* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1962, p. 20.
- (11) BLOCH, E. *Le Principe Espérance*, I.
- (12) DUSSEL, E. *La Producción teorica de Marx*, p. 365, n. 41.
- (13) *Idem*. Prefácio a ZIMMERMANN, R. *América Latina: o não-ser*. Petrópolis, Vozes, 1987, p. 14.
- (14) BLOCH, E. *El Principio Esperanza*, vol. III, Madrid, Aguilar, 1979, p. 481.
- (10) DUSSEL, E. "Respondiendo algunas preguntas y objeciones sobre Filosofia de la liberación". in *Revista Reflexão*. Campinas, PUCCAMP, no. 26, 1983, p. 17.
- (11) FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1974, p. 86.
- (12) DUSSEL, E. *La producción teorica de Marx*, p. 360.
- (13) MARX, K. *Manuscritos econômico-filosóficos*, in FROMM, E. *Conceito Marxista de homem*; 8a. ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1983, p. 127.
- (14) BLOCH, E. *Le Principe Espérance*, I, p. 300.
- (15) DUSSEL, E. "Respondiendo algunas preguntas y objeciones sobre Filosofia de la liberación". in *Revista Reflexão*. Campinas, PUCCAMP, nº 26, 1983, p. 17.
- (16) FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1974, p. 86.
- (17) DUSSEL, E. *La producción teorica de Marx*, p. 360.
- (18) MARX, K. *Manuscritos econômico-filosóficos*, in FROMM, E. *Conceito Marxista de homem*; 8ª ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1983, p. 127.
- (19) BLOCH, E. *Le Principe Espérance*, I, p. 300.
- (20) DUSSEL, E. *La producción teorica de Marx*, p. 404
- (21) CALDERA, A.S. "Prolegomenos a una teoría del ser latinoamericano"; *original datilografado*, p. 22. O autor menciona os exemplos de Bolívar, Hidalgo y Costilla, Morelos, Sandino, "a revolução cubana em 1959 e a revolução sandinista na Nicarágua em 1979" como herdeiros da mesma tradição de luta.